

Dossiê

**Direitos humanos e
diversidades em povos
tradicionais**

Apresentação

O presente número da Revista Interdisciplinar em Direitos Humanos traz o dossiê Direitos Humanos e diversidades em povos tradicionais, com destaque para os povos da Amazônia.

A Amazônia tem sido palco de conflitos abertos no plano dos discursos e no plano prático. Sua floresta tem sido apontada há tempos como reserva ambiental da qual depende o planeta, ora como fornecedora de oxigênio, ora como repositório de diversidade ambiental capaz de gerar fármacos, ora como reserva de riquezas naturais capaz de gerar riquezas econômicas, ora como reguladora do clima. Para além de território com valor ambiental universal, a região é o lugar de existência de uma grande diversidade de culturas que se formataram a partir das particularidades do espaço amazônico. Trata-se de território com a maior floresta tropical do planeta, com uma área maior do que 4.000.000 km², e uma biodiversidade incomparável. Essa extensão de mata se espalha pelo território de nove países (Brasil, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Guiana Francesa). No Brasil, a área da Amazônia cobre nove estados: Acre, Rondônia, Amazonas, Amapá, Roraima, Pará, Tocantins além de parte do Maranhão e do Mato Grosso. Encontramos na Amazônia também a maior bacia hidrográfica do planeta.

A enorme extensão territorial da Amazônia e sua importância em termos de riquezas naturais estiveram praticamente isoladas do Brasil central por um longo período. É na segunda metade do século XX, durante a vigência dos governos militares, que veremos as primeiras iniciativas para interligar as regiões amazônicas mais distantes aos centros econômicos do país. Tal interligação se deu pela construção de estradas com vistas à defesa e segurança nacional e expansão econômica. A extração de minérios, a exploração das terras para a agricultura e pecuária, e o grande potencial em termos de geração de energia por hidrelétricas colocou a região Amazônica como novo território a ser explorado. A região passou a ser tomada como território a ser explorado segundo um modelo de desenvolvimento pensado e construído a partir dos paradigmas do que se considerava moderno e civilizado para o país, contra o que seria a realidade amazônica, tomada como primitiva, atrasada e até incivilizada. A dicotomia entre o atrasado e o moderno, o primitivo e o civilizado, acabou por criar uma relação de colonialidade interna entre as regiões do Brasil, na qual a Amazônia correspondia ao polo inferior e colonizado da relação. A relação de imposição do que deveria ser feito a das maneiras de desenvolvimento da região demonstram isso. Foram implantados diferentes planos

de desenvolvimento regional a partir da década de 70, todos com modelos impostos sem que houvesse a tentativa de incluir os povos tradicionais ocupantes do território como partícipes das decisões sobre o modelo de desenvolvimento a ser implantado. Mesmo os governos locais perdem sua autonomia para gestão de vastos territórios a partir da publicação do Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971 pelo governo federal. Com este Decreto as terras da Amazônia Legal localizadas dentro de 100 km de largura de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou em projeto, foram consideradas indispensáveis à segurança nacional e ao desenvolvimento e foram incluídas ao patrimônio da União. Estas terras foram depois destinadas a projetos de colonização da região, basicamente por nordestinos que reclamavam reforma agrária. O assentamento de nordestinos na Amazônia, assim, resolve a pressão por terras no Nordeste brasileiro e ao mesmo tempo coloniza a Amazônia a partir de uma concepção de ocupação do espaço para expansão da agricultura e geração de desenvolvimento na região. A colonização da Amazônia incentivada e promovida pelo governo federal não atingiu o sucesso esperado instantaneamente. Contudo, ao longo do tempo um processo migratório em busca de benefícios passou a ocorrer, aumentando a população da região de maneira substancial com pessoas provindas das mais diferentes regiões. A sucessão de planos de povoamento da região colaborou para este resultado.

Os novos habitantes do território seguem a lógica de ocupação pautada pela construção de cidades, pela plantação de sementes conhecidas e conflitos com as populações tradicionais. Com o passar do tempo e uma vez integradas estas populações, passam elas mesmas a sofrer com a lógica de exploração do território sem respeito às suas liberdades e seus direitos. O modo autoritário inicial a partir do qual a exploração da Amazônia se deu na segunda metade do século XX parece ainda caracterizar os planos governamentais de promoção de desenvolvimento.

Aliado, aos projetos de colonização e exploração da Amazônia, temos a ocorrência de grandiosos projetos de obras com grande impacto ambiental. Com a apresentação do Plano de Energia Elétrica 1987/2010 passam a ser previstas as construções de diversas usinas hidrelétricas nos rios da Amazônia para a exploração dos recursos hídricos na geração de energia elétrica. As recentes construções de usinas hidrelétricas na região demonstraram a política governamental implantada para a região. Trata-se de submeter os interesses e as vidas dos povos ligados à floresta e às regiões ribeirinhas à lógica do desenvolvimento que trata tudo a partir do valor econômico que pode representar. Obras como as hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio em Porto Velho – RO, e Belo Monte no Pará, foram construídas com grandes impactos sobre a vida das populações mais vulneráveis que dependiam da rotina dos rios Madeira

e Xingu, respectivamente. Os laudos de impacto ambiental que permitiram que as usinas fossem instaladas são criticados por diversas entidades e especialistas, pois, não teriam sido feitos levando em conta toda a amplitude das transformações que ocorreriam na área afetada pelas represas. Comunidades inteiras de ribeirinhos foram deslocadas para longe de suas casas. O rio, para os ribeirinhos, sempre representou a fonte de sustento. Contudo, é necessário compreender que existem muitos outros elementos que compõem a relação dos ribeirinhos com o rio. A proximidade com as águas representa um modo de vida completo, que determina os componentes culturais e constitui formas de vida das comunidades. Durante a implantação das grandes obras, entretanto, essa complexidade foi desprezada. Comunidades inteiras foram deslocadas de seus locais de moradia perto do rio para bairros distantes onde tiveram que se adaptar e criar novos estilos de vida, desenvolver novas profissões, repensar sua organização econômica, social e cultural.

Esses grandes deslocamentos e impactos estão sempre justificados pelo discurso das necessidades do desenvolvimento e da geração de riquezas econômicas para a nação. A Usina de Jirau, por exemplo, teve um investimento de aproximadamente 19 bilhões de reais, e é hoje a terceira maior usina do Brasil em capacidade de geração de energia elétrica. A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio é a quinta maior geradora de energia e teve investimento de aproximadamente 20 bilhões. Ambas estão situadas em Porto Velho, capital de Rondônia, e se colocam no pacote de investimentos de unidades de geração de energia para as indústrias que estão situadas na região Sul e Sudeste do Brasil. A necessidade do crescimento da produção de riquezas e das indústrias no centro do Brasil é a justificativa para o represamento de um dos maiores rios do mundo e o comprometimento de muitas vidas.

Segundo dados do censo do IBGE realizado em 2010, quando a população brasileira somava 190.755.799 de pessoas, desse total, 817.963 eram indígenas. Segundo dados do mesmo censo, existiam 305 diferentes etnias, e foram registradas 274 línguas indígenas no território brasileiro. Dessa população de indígenas, 37,4% encontravam-se na região Norte, enquanto 25,5% estão no Nordeste, 16% no Centro-Oeste, 12% no Sudeste e 9,2% Sul do Brasil. Essa grande diversidade ainda existente em nosso país, e especialmente na região amazônica, como vimos, não é fruto de políticas públicas ou de um cenário de respeito aos direitos das minorias. É exatamente o contrário. Se essa diversidade ainda existe, não é por causa de uma política de incentivo e garantia de direitos, mas a despeito da falta de tal política. As populações indígenas vivem sob constante ameaça. Uma ameaça que não é mera violência individual, mas um perigo de serem dizimadas física e culturalmente. Segundo dados do relatório *Violência contra os Povos Indígenas do Brasil* –

Dados 2018, feito pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o número de assassinatos de indígenas no Brasil teve um crescimento de 22,7%, saltando de 110 em 2017, para 135 em 2018. Além dos assassinatos, eventos ligados à violação dos direitos indígenas ocorrem sistematicamente. A invasão de suas terras por madeireiros que desmatam e depois repassam as terras “limpas” para grileiros, que buscam os títulos de propriedade é um evento comumente relatado.

Indígenas, ribeirinhos, pobres e vulneráveis são populações vítimas da forma colonizada e colonialista de se tratar a Amazônia. Pensada apenas como território a ser explorado economicamente, a existência dos povos que a habitam surge como empecilho ao desenvolvimento econômico. Esse modelo afronta os direitos humanos, ataca os direitos sociais e amplia o fosso das desigualdades: educação, saúde, moradia, infraestrutura urbana e outros direitos são atingidos sem que os governantes se deem conta dos prejuízos conferidos ao desenvolvimento humano.

Só em Rondônia são mais de 17.500 indígenas, formando cerca de 60 povos, sendo 15 deles isolados de qualquer contato social. 60 % desses povos são aldeados, e outros 40% vivendo nos centros urbanos. Das 43 terras indígenas de Rondônia, 20 estão demarcadas e 23 estão sendo demarcadas. Apesar de o PIB da Amazônia ter crescido nos anos 2000, o PIB per capita tem se mantido mais de 30% abaixo da média nacional. Pouco mais de 40% da população amazônica vive com menos de meio salário mínimo por mês, 17% das pessoas são consideradas em situação de extrema pobreza (vivendo com menos de um quarto de salário mínimo por mês), contra uma média nacional de 11% (IBGE, 2015). Embora os indicadores de pobreza tenham melhorado no Brasil, o país ainda sofre os efeitos da elevada taxa de desigualdade social – na região amazônica a situação praticamente não mudou desde 1990. Os estados da região norte do Brasil somam 5,3% do PIB nacional. Com uma taxa de analfabetismo real (analfabetos somados aos analfabetos funcionais) atingindo 33% da população, menos de um médico para cada mil habitantes e com mais de 75% dos domicílios sem atendimento por redes coletoras de esgoto os indicadores de desenvolvimento melhoraram pouco na última década na região amazônica. No Norte do Brasil, aproximadamente metade da população se encontra em municípios com desenvolvimento regular ou baixo, e mais de 90% deles estão entre os 500 piores municípios do Brasil para se viver. Entre 2003 e 2009, foram registrados 1.422 casos de trabalho em condições análogas à de escravidão na Amazônia. Isso representa 80% de todos os casos registrados no Brasil.

Além dos problemas crônicos de trabalho infantil e trabalho forçado, mais da metade da população amazônica economicamente ativa trabalha no mercado informal sem acesso aos benefícios sociais garantidos por lei. O grau de informalidade no trabalho se mantém há alguns anos em mais de 60% na

Amazônia. A região também concentra os maiores problemas enfrentados no país com relação aos conflitos armados no campo: das pessoas que morreram em disputas pelo acesso à terra e à água no Brasil em 2008, 72% habitavam a Amazônia. 65% dos conflitos agrários do Brasil estão na região amazônica. Somente em Rondônia e no Pará foram abertas mais de 300 investigações oficiais de assassinatos no campo nos últimos anos e até hoje 95% delas estão sem definição de autoria dos crimes relatados (IBGE, 2017).

Dentre os graves problemas ainda temos o descaso com a educação, destacadamente a educação do campo. O histórico descaso dos poderes públicos para com a educação do campo resultou num altíssimo nível de analfabetismo. Brasil é o oitavo país com a maior população adulta de analfabetos no planeta; 38% dos analfabetos latino-americanos são brasileiros, cerca de 14 milhões de pessoas. Dados coletados em 2012 mostram que a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais teve alta entre 2011 e 2012, passando de 8,6% para 8,7%. Entre a população de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo no campo chega a 23,3%. Mais de 3,5 milhões de crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, estão fora da escola. Segundo a Constituição Federal de 1988, com o advento da Emenda 59/2009, todos brasileiros nessa faixa-etária devem estar matriculados até 2016 – e dificilmente isso ocorrerá. Conforme dados do Inep, entre 2003 a 2013 foram fechadas 32.770 mil escolas. No campo (uma redução de 31% de escolas). Em 2014, oito escolas do campo fecharam por dia no Brasil. Ao todo, 4.084 instituições de ensino rurais encerraram as atividades no último ano, prejudicando pelo menos 83 mil alunos. Nos últimos 15 anos, o país soma 37 mil unidades fechadas. Eram 70.816 escolas rurais registradas no Ministério da Educação (MEC), em 2013 (uma década antes eram 103.328). Como exemplo, cita-se o processo de destruição do ensino público em Rondônia considerada a situação mais grave do país. Até o dia 1º de setembro de 2019, as escolas estavam sem aulas há mais de dez meses por falta de transporte, alimentação, etc.

Em estudos do grupo do Observatório das Metrôpoles publicado no ano de 2016, o Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros – IBEU-Municipal apontou na análise em âmbito regional que há grandes disparidades de bem-estar urbano no país. As piores condições urbanas estão nas regiões Norte e Nordeste e melhores, nas regiões Sudeste e Sul, sendo a região Centro-Oeste um espaço de transição das condições de bem-estar urbano. Isso significa que a região amazônica, especificamente a região Norte enfrenta as piores condições urbanas do Brasil.

A afirmação de direitos humanos universais é usada nos discursos que tentam impor alguma limitação às violências sofridas pelas populações oprimidas. Contudo, em muitos momentos, parece não conseguir captar a com-

plexidade das relações de dominação estabelecidas. Em um contexto em que está em disputa não apenas um conjunto de liberdades e deveres, mas uma diversidade de concepções de vida e mundo, os significados da palavra direitos podem variar. Os direitos humanos transformam-se em campo de disputa semântica. As forças dominantes tendem a aplicar a linguagem dos direitos a partir do paradigma liberal, olhando para cada indivíduo de maneira isolada e buscando equacionar perdas e ganhos em termos financeiros. A norma das relações é imposta como o ordenamento jurídico; em alguns casos torna-se incapaz de captar a complexidade e a historicidade das relações estabelecidas nas comunidades, a partir de seus costumes. A própria ideia de comunidade como um sujeito de direitos é problemática a partir do paradigma liberal de direitos. Assim, o lar, o solo, a relação com o meio ambiente natural, ambiental e cultural e os laços comunitários se transformam em propriedade ou bens indenizáveis. Não se consegue captar os vínculos que não possam ser reduzidos a um contrato, a um bem ou coisa economicamente avaliável, um título de propriedade ou relações mediadas por interesses econômicos.

Em um mundo no qual a monetização é a regra das relações sociais, toda forma de existência que não possa ser captada em uma norma que possa ser traduzida pelo sucesso econômico se transforma em inferior, menos importante, descartável, e, em muitos casos, um impedimento ao sucesso geral. A lógica universalizante do capital não toma a diversidade como valor, a menos que se integre no sistema de mercado e geração de lucro. Ocorre, assim, uma redução até mesmo das reivindicações legítimas. Mesmo que se garanta pleno acesso ao poder judiciário, muitas das questões de fundo dos conflitos existentes jamais poderão figurar como parte legítima, pois não são captadas ou compreendidas por um sistema que não está preparado para abarcar a diversidade de formas de vida e culturas.

Este dossiê traz trabalhos que abordam, sob diversas perspectivas, esses conflitos e o sistema de opressão montado ao longo de nossa história, com graves violações dos direitos humanos desses povos tradicionais. Esperamos que este conjunto de textos possa ajudar no aprofundamento dos debates e pesquisas sobre o assunto.

Boa leitura!

Organizadores do dossiê

Márcio Secco

Aparecida Luzia Alzira Zuin

Professores do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça – DHJUS, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).